

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz aprovou por unanimidade uma moção onde crítica o défice de efetivos nos postos da GNR de Reguengos de Monsaraz e de Telheiro.

No referido documento é referido que é notório que o número atual de efetivos não corresponde às expectativas e às necessidades da população em geral e dos visitantes do concelho.

Segundo a mesma informação, o Posto Territorial de Reguengos de Monsaraz passou de "cerca de 40 militares", para os atuais "24", enquanto o Posto de Telheiro, na freguesia de Monsaraz, que contava com "seis militares", agora tem afetos "cinco, os quais, certamente, com folgas, férias e faltas serão em número inferior, na maior parte das vezes".

Também no concelho de Mourão estamos perante uma situação idêntica. Segundo uma informação publicado por um prestigiado órgão de comunicação social do Alentejo, o Posto da Guarda Nacional Republicana de Mourão conta neste momento com 21 efetivos, os quais são manifestamente insuficientes para responder às necessidades daquele território.

Segundo a mesma informação, "foram colocados 4 novos militares, sendo que 2 nunca chegaram a assumir as funções no posto, outro pediu transferência e outros 2 pediram a aposentadoria no decorrer do ano de 2018, o que deixa o Posto de Mourão com um saldo negativo em termos de efetivos". Esta situação vem agravar fortemente o já muito debilitado posto de Mourão.

Estas situações vêm juntar-se a outras recentemente denunciadas, nomeadamente na redução dos efetivos do Posto da GNR das Alcáçovas e nas freguesias rurais do concelho de Montemor-o-Novo.

Apesar de todas as dificuldades e escassez de meios, reconhecemos que os agentes da GNR que têm assegurado os Postos da GNR em questão, têm feito um trabalho notável, procurando assegurar a manutenção da ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das

pessoas e dos bens.

Estas matérias apresentadas são efetivamente preocupantes, pelo que merecem uma atenção muito especial pelo GPPSD.

Assim, ao abrigo, das normas constitucionais e regimentais, solicita-se a V. Exa., que se digne a obter junto do Sr. Ministro da Administração Interna, resposta às seguintes questões:

1 - Quais os elementos que levaram ao Governo a tomar esta decisão?

2 - Se esta é uma decisão definitiva? Ou se o Governo está disponível para rever a sua decisão?

Palácio de São Bento, 22 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)